



REVISITANDO E REFLETINDO SOBRE AS PESQUISAS ACADÊMICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

Antonio Carlos Pinheiro
antoniocarlospinheiro@uol.com.br

Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Doutor dos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB

RESUMO

Este artigo busca desenvolver a reflexão da produção acadêmica sobre a área de Educação Geográfica no Brasil. O texto apresenta questionamentos sobre esse campo de pesquisa, com intuito de provocar debates para futuras discussões entre os pesquisadores da Geografia e seu ensino. Para essa reflexão, organizo o texto em duas partes: na primeira, revisito as minhas pesquisas sobre o ensino, levantando alguns aspectos para reflexão posterior, partindo da Tese de Doutorado, intitulada: "Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil - 1972-2000", defendida em 2003, até o mais recente trabalho, realizado em 2017, intitulado: "Dez anos de Pesquisa Acadêmica em Educação Geográfica no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba - 2007-2017". Na segunda parte, dedico-me aos questionamentos sobre os avanços dessa área de pesquisa, fazendo-os por meio de provocações para pensar o ensino, suas relações no interior da Geografia e suas especificidades com a Educação. Em geral, esta reflexão sinaliza a necessidade de pensar em estratégias de articulação entre as pesquisas realizadas na Educação Geográfica com as áreas específicas da Geografia.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino de Geografia, Pesquisa Acadêmica, Produção Científica, Pós-graduação.

REVISITING AND REFLECTING ON ACADEMIC RESEARCH IN THE AREA OF GEOGRAPHIC EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to develop reflection on the academic production related to the Geographic Education area in Brazil. The text presents questions about this field of research in order to provoke debate for future discussions between geography researchers and its teaching. For this reflection, I organize the text in two parts: in the first one, I revisit my research on teaching, raising some aspects for further analysis, starting from the doctoral thesis, entitled: "Trajectory of academic research on the teaching of geography in Brazil - 1972-2000", defended in 2003, to the most recent work carried out in 2017, entitled: "Ten years of Academic Research in Geographic Education in the Graduate Program of the Federal University of Paraíba - 2007-2017". In the second part, I dedicate myself to questions about the advances of this research area, making them through challenge to think about teaching, its relations within geography and its specificities with Education. In general, this reflection points out the need to think about articulation strategies between the research carried out in the Geographic Education with the specific areas of geography.

KEYWORDS

Geography Teaching, Academic Research, Scientific Production, Graduate Studies

Introdução

Quando comecei a pensar para escrever esse artigo, surgiram várias questões: o que escrever sobre a pesquisa de ensino que pudesse ser inovador? Quais os avanços que a pesquisa sobre a Educação Geográfica tem proporcionado para a melhoria do ensino básico e superior no Brasil? Das averiguações obtidas durante minha primeira pesquisa na área, em 2003, quais foram superadas e quais permaneceram? Vale ressaltar que muitas das impressões e constatações apresentadas neste artigo não se aplicam a todos os lugares, embora seja evidente que existe uma tendência a falar do nosso lugar de trabalho. No entanto, parto da experiência e de contatos e diálogos com pesquisadores de outros lugares do país para apresentar algumas afirmações sobre essa produção acadêmica. Mesmo sabendo dos riscos, ousou fazê-las com o objetivo de provocar um debate e uma reflexão sobre essa área de pesquisa.

Mais do que constatações, esse artigo apresenta muitas dúvidas e está repleto de questionamentos sobre esse campo de pesquisa, os quais provavelmente não serão sanados nesse artigo, mas é um trabalho que se dá apenas para provocar possíveis debates para futuras discussões entre os pesquisadores sobre a área de Educação Geográfica. Às vezes, algumas indagações podem soar pessimistas. Contudo, nosso

propósito não é desacreditar a área de pesquisa sobre o ensino, mas refletir sobre as relações dessa produção e suas influências no conjunto da Geografia.

Vários trabalhos já foram realizados discutindo e analisando a pesquisa no campo da educação, como o estudo de Callai, Castellar e Cavalcanti (2012) que categorizou várias temáticas de pesquisa sobre o ensino da cidade, considerando formação de conceitos, diferentes linguagens, livros didáticos, entre outros temas. A investigação de Cavalcanti, realizada em 2016, será abordada de maneira mais aprofundada nesse texto, destacando temáticas e metodologias desenvolvidas no seu estudo.

Uma das minhas teses defendidas em 2003 era que apesar das pesquisas sobre o ensino apresentarem um crescimento significativo de 1968 a 2003, havia um desconhecimento do produto destes trabalhos por parte da comunidade acadêmica e escolar. Partindo das palavras finais do livro “O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses”, publicado em 2005, destaco aqui algumas questões sobre a pesquisa realizada no doutorado. Naquela época, constatei que havia nesse contexto de ensino a repetição das temáticas com os mesmos temas e problemas, pouco conhecimento sobre o produto das pesquisas pela comunidade acadêmica e escolar, entre outros. Acredito que hoje não é possível fazer essas afirmações categoricamente, pois as facilidades de divulgação dos trabalhos científicos por meio de livros e artigos impressos e digitais têm facilitado para um público maior a busca de informação do produto das pesquisas na área.

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, revisito as minhas pesquisas e de outros autores sobre o ensino, levantando alguns aspectos para reflexão posterior; na segunda parte, dedico-me aos questionamentos sobre os avanços dessa área de pesquisa, fazendo-os por meio de provocações para pensar o ensino e suas relações no interior da Geografia e suas especificidades com a Educação em geral e Geográfica.

Revistando a pesquisa sobre o ensino de Geografia no Brasil

Na tese de doutorado, intitulada “Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil – 1972-2000”, defendida em 2003, levantei 197 trabalhos, sendo 171 dissertações de mestradados e 26 teses de doutorado defendidas em 37 universidades brasileiras no período de 1972 a 2000; categorizei nove focos temáticos como: Prática Docente e Educativa (21 trabalhos levantados), Representações Espaciais (15), Conteúdo-método (17), Formação de Professores (11), Currículos e Programas (11),

Formação de Conceitos (7), História da Geografia Escolar (6), Características dos Alunos (6), Livro Didático (4). Também categorizei sete gêneros de trabalhos acadêmicos, bem como os denominei, na época, a respeito de seus tipos e modalidades de metodologias utilizadas: Pesquisa de Análise de Conteúdo (31), Estudo de Caso (25), Pesquisa Comparativa/correlacional (13), Relato de Experiência (10), Pesquisa-ação (9), Pesquisa Bibliográfica e Documental (8) e Pesquisa Experimental (1).

Em relação aos gêneros ou tipos de pesquisas, cabe esclarecer a classificação adotada na época. Para realização da minha pesquisa, em 2003, baseei-me na tese de doutorado de Megid Neto - realizada em 1999, na Faculdade de Educação da UNICAMP, denominada de: "Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental - e utilizei parte de suas classificações. Megid Neto (1999) utilizou o termo "gênero" para designar os tipos e classes de textos de trabalhos científicos e acadêmicos diferenciados conforme o critério de sua relação com a realidade e o fenômeno estudado. A preocupação era mais com os procedimentos e técnicas do que com a sua epistemologia. Além disso, embora a maioria das pesquisas fosse qualitativa, ainda tinham forte influência de outras áreas, como das Ciências Exatas e Naturais adaptadas para a Educação, também como a modalidade de pesquisa comparativa/correlacional e experimental. Porém, muitos procedimentos utilizados nas pesquisas sobre o ensino já tinham seus referenciais nas Ciências Sociais, como os Estudos de Caso e as Pesquisas Etnográficas. Outra questão que explica essa classificação em relação à atualidade é que, nos anos 2000, os estudos sobre metodologias e procedimentos na Educação e nas Ciências Sociais passaram a ser mais especializados e aprimorados.

Com a consagração das pesquisas qualitativas na Educação, os estudiosos passaram a visitar e resgatar, no plano metodológico, autores de referência. Exemplo disso são as pesquisas de Análise de Conteúdo, que tiveram significativos avanços nos seus procedimentos. Ainda que não tão distante das definições empregadas na minha tese de doutorado, considera-se que esta modalidade de pesquisa ganhou novos formatos. Para Franco (2008, p. 19), o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a "mensagem, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada". Neste sentido, para as pesquisas no ensino, essa metodologia possibilita uma gama de análises para diversas temáticas e problemas de pesquisa. Outro gênero que passou por mudanças foi o Relato de Experiência. Atualmente, diante de tantas possibilidades metodológicas e procedimentais, a análise da própria prática e a de outros sujeitos passou a ser tratada por meio de inúmeras possibilidades, como na Pesquisa-ação e nas Pesquisas Autobiográficas.

Quando publiquei o livro “O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses”, em 2005, levantei 317 dissertações e teses no período de 1967 a 2003, produzidas em 47 universidades brasileiras, sendo 277 dissertações de mestrado e 40 teses de doutorado. Para este trabalho, também considerei três teses realizadas no formato anterior, realizadas antes da instituição dos cursos de pós-graduação no final da década de 1960. Para saber, lembramos que, em 1951, foram criados o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Companhia de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), com o objetivo de financiar, por meio de bolsas de pesquisa, o aperfeiçoamento e a especialização voltados para a realização dos cursos de pós-graduação. Mas foi em 1968, com a Reforma Universitária, que ocorreu a institucionalização e consolidação dos cursos de pós-graduação como conhecemos hoje. Observa-se no período de 2000 a 2003 um crescimento de 117 trabalhos entre dissertações e teses em relação à pesquisa anterior realizada no doutorado.

O livro publicado em 2005 é baseado na tese de doutorado e atualizado até o ano de 2003. Para o livro, categorizei onze focos temáticos com base nas 317 pesquisas: Representação Espacial (49), Prática Docente e Educativa (45), Educação Ambiental (40), Currículos e Programas (37), Conteúdo-método (36), Formação de Professores (24), Formação de Conceitos (21), Livro Didático (20), História da Geografia Escolar (18), Características dos Alunos (17) e Estudos Sociais (10). Da tese para o livro, criei mais duas categorias: Estudos Sociais e Educação Ambiental. Essa decisão ocorreu por desmembramento de outros focos temáticos em face do aumento de pesquisas na área, como foi o caso da Educação Ambiental, que será mais bem analisado na segunda parte deste artigo. Em relação aos gêneros de trabalho acadêmico, mantivemos a mesma classificação, apenas atualizando a quantidade de pesquisas.

Após o lançamento do livro, em 2005, realizei análises por temáticas específicas, como formação de professores, relação conteúdo-método, temáticas relacionadas à inclusão, como gênero, etnia, pesquisas sobre cegos e surdos, entre outras. Para este artigo, optei por apresentar alguns exemplos, como a tese, o livro, o artigo apresentado no 10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia (ENPEG), e o mais recente trabalho realizado na Paraíba.

O estudo de temáticas sobre inclusão foi apresentado no ENPEG de Porto Alegre, no ano de 2009; posteriormente, foi publicado no livro “O ensino de Geografia e suas composições curriculares”, em 2014, organizados por Ivaine M. Tonini *et. al.* Para identificação das pesquisas apresentadas no ENPEG, baseei-me em estudos anteriores e em outro levantamento realizado na época, ampliando os dados de 1967 para 2006,

contando 393 mestrados e 61 doutorados, totalizando 454 pesquisas. A distribuição pelos programas foi a seguinte: quatorze em Geografia, sete em Educação, e um em Geociências. Para apresentação, organizei as temáticas da seguinte forma: Cegos (4), Surdos (1), Questão Cultural (4), Processos Econômicos (2), Educação Indígena (2), Questão Racial–negros (2), Livros Didáticos (1), Educação Popular (6). De maneira geral, os trabalhos se caracterizam pela posição de seus autores na ênfase da inclusão, como.

No caso dos cegos, encontrei trabalhos sobre Cartografia Tátil e recursos didáticos específicos para que essas pessoas pudessem conhecer o espaço geográfico a partir de suas características próprias. Houve preocupação também em relação aos surdos, propondo atividades didáticas envolvendo a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Os trabalhos sobre questão cultural e processos econômicos consideravam as especificidades de grupos minoritários e suas dificuldades de inserção na escola, tendo como temáticas problemas relacionados à moradia, reprovação, vulnerabilidade social e econômica e riscos sociais e ambientais. Parte desses trabalhos teve a Educação de Jovens e Adultos como a modalidade mais estudada. Questões culturais específicas envolvendo comunidades indígenas e quilombolas também foram abordadas. A pesquisa sobre o livro didático foi realizada por Tonini (2002), destacando gênero, geração e etnia. A autora analisou as relações entre o poder e produção de significados nesses materiais didáticos, relacionando a construção da identidade com as imagens propagadas, por exemplo: através de imagens de mulheres africanas degradadas, com inúmeros filhos, de forma que se opunham a imagens de mulheres estadunidenses como pessoas integradas à vida moderna.

Nesse trabalho, observei a permanência de algumas tendências existentes desde a tese de doutorado e a pesquisa para realização do livro. Em geral, vários trabalhos realizados na Educação se apoiam pouco na Educação Geográfica. Os seis trabalhos sobre Educação Popular, foram realizados em programas de Educação. Todos eles tinham como referencial as bases teóricas dos estudos pedagógicos realizados no campo da Pedagogia, com pouca referência nos conteúdos geográficos, matéria que será mais bem discutida na segunda parte deste artigo. Destaco que, quando fiz esse levantamento, não identifiquei nenhuma pesquisa sobre sexualidade, em particular sobre homossexualidade relacionada à Educação Geográfica. Atualmente sabe-se que já existem trabalhos sobre esta temática, assim como vários discutindo gênero.

Outros trabalhos discutindo a pesquisa sobre o ensino de Geografia têm sido realizados. Destaco aqui o estudo de Cavalcanti, de 2016, sobre a produção acadêmica no período de 2000-2015. Cavalcanti (2016) identificou 62 Programas em Pós-graduação

em Geografia no Brasil, no ano de 2015 com 17 linhas específicas de Ensino de Geografia. Em sua pesquisa, não estava preocupada em levantar apenas a quantidade, mas identificar as “tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas” existentes nos cursos (CAVALCANTI, 2016, p. 401).

Foram identificados 430 trabalhos, sendo 338 dissertações e 92 teses, no período de 2000/2015. Neste estudo, foi considerada a formação de conceitos, formação de saberes e práticas docentes, metodologias empregadas pelos pesquisadores, entre outros aspectos. Cavalcanti (2016) observou que a maioria dos estudos se configura como pesquisa qualitativa, variando entre os estudos etnográficos e os que se articulam com dados quantitativos tratados estatisticamente. Também encontrou muitos trabalhos caracterizados como pesquisa participante ou mesmo pesquisa-ação, estudos de caso, além de estudos de narrativas de história de vida. Destacou o predomínio de estudos sobre práticas e realidades escolares específicas, destacando os seguintes instrumentos de análise: “observação de aulas, de cotidiano escolar; entrevistas e/ou questionários aos alunos e professores; grupos focais ou grupos de discussão” (CAVALCANTI, 2016, p. 414). A pesquisa de Cavalcanti em relação às anteriores demonstra um crescimento considerável nas pesquisas, assim como uma variação de procedimentos metodológicos e temáticas estudadas.

Em estudo recente, no ano de 2017, denominado: “Dez anos de Pesquisa Acadêmica em Educação Geográfica no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba – 2007-2017” identifiquei 39 dissertações de mestrado na linha de pesquisa em Educação Geográfica. Para este estudo, utilizei os seguintes procedimentos: levantamento das dissertações do PPGG/UFPB sobre Educação Geográfica, leitura prévia dos resumos e, posteriormente, dos próprios trabalhos, partindo do Sumário, Introdução e gradativamente do conjunto do texto, buscando identificar os dados propostos para este estudo, pois nem sempre estes estão claros em um único item da dissertação. Pressupondo que cada autor imprime um formato próprio ao seu trabalho, tive a preocupação de observar cada caso, considerando a organização específica das pesquisas, o estilo estrutural, o formato e os aportes teórico-metodológicos que embasaram esses estudos.

Quanto às modalidades de ensino, a maioria destaca o ensino fundamental, portanto o foco principal é a educação básica. As temáticas identificadas nos estudos constituem as características principais abordadas nas dissertações, porém observa-se que a partir da primeira década do ano 2000, as pesquisas apresentam uma diversidade de temas articulados entre si em uma mesma investigação. Este fenômeno está presente

não apenas nas pesquisas realizadas na Educação Geográfica da UFPB, mas aparece também em outros programas de pós-graduação e em outras áreas do conhecimento, como Biologia, História etc.

Todas as pesquisas são de caráter qualitativo. Quanto às modalidades metodológicas, apresenta uma diversificação, podendo o pesquisador, em uma mesma pesquisa, utilizar procedimentos combinados de vários gêneros, como: Pesquisa-ação, Estudos Autobiográficos, Estudo de Caso, entre outros. Além disso, como observou Cavalcanti (2016), os procedimentos utilizados são diversos e por vezes combinados, como grupo focal, observação participante, narrativas, entrevistas semiestruturadas etc. Sobre as temáticas, constatei pesquisas envolvendo estudos históricos de livros e materiais didáticos, práticas docentes educativas de professores e alunos.

Para análise, decidi fazer um recorte transversal dos trabalhos como uma alternativa de categorização, considerando os temas principais e suas articulações com outras temáticas. Para apresentação (ver Tabela 1), defini duas colunas, a vertical e a horizontal. Na coluna horizontal, definimos três temas gerais: A - Livros e materiais didáticos, B - Currículo e políticas educacionais; e C - Práticas docentes e educativas; na coluna vertical, cinco temas, como: 1 - História da Educação e da Geografia Escolar; 2 - Conceitos e temas para o ensino; 3 - Linguagens, Cartografia Escolar e geotecnologias; 4 - Metodologias para o ensino, avaliação e formação de professores; 5 - Inclusão-exclusão: étnico-raciais/gênero/trabalho.

Tabela 1: Temáticas das Dissertações em Educação Geográfica do PPGG/UFPB – 2007-2017

Temáticas transversais	A- Livros e materiais didáticos	B- Currículo e políticas educacionais	C- Práticas docentes e educativas	T
1 - História da Educação e da Geografia escolar	5	1	1	07
2 - Conceitos e temas para o ensino	4	2	3	09
3 - Linguagens, Cartografia Escolar e geotecnologias	1	3	3	07
4 - Metodologias para o ensino, avaliação e formação de professores	1	4	4	09
5 - Inclusão-exclusão: étnico-raciais/gênero/trabalho	0	5	2	07
Total	11	15	13	39

Fonte: Dados da pesquisa – organizador: Antonio Carlos Pinheiro (2017)

O quadro apresentado na Tabela 1 exemplifica as articulações entre as temáticas pesquisadas no PPGG/UFPB para ilustrar a organização dos dados obtidos na análise. A opção de destacar a diversificação e articulação das temáticas e sua transversalidade corresponde a uma tentativa de apresentar a complexidade da pesquisa na área de Educação Geográfica na atualidade e propor outra forma de estudo para categorizar e analisar essa produção. Embora seja estudo de um caso específico, acredito que pode ser uma tendência na atualidade, em face do crescimento desta área de pesquisa, que poderá ser adotada por outros estudos nessa área.

Reflexões sobre a pesquisa em Educação Geográfica

Na época em que realizei o doutorado, intitulado: “Trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil – 1972 – 2000”, em 2003, constatei que muitos pesquisadores, ao fazerem a “revisão bibliográfica”, pouco utilizavam outras pesquisas como base de consulta. Observo que esse problema foi parcialmente resolvido, principalmente porque atualmente muitas pesquisas já foram publicadas como artigos em periódicos, capítulos de livros, anais de eventos científicos e na íntegra por meio de livros impressos e digitais. Além disso, naquele período havia poucas bases de dados digitais, pois a da Capes começou a funcionar em 1996, e, antes disso, essas pesquisas

encontravam-se, basicamente, impressas nas bibliotecas das universidades de realização. Apesar das facilidades atuais, ainda é incomum encontrar citações diretas das dissertações e teses realizadas anteriormente tanto nas pesquisas atuais como em outras modalidades de textos. Considera-se que isso resulta de um hábito no meio acadêmico, talvez uma “cultura” que sobrevaloriza o artigo publicado em periódicos e livros, apesar das facilidades e disponibilidades fornecidas pelas bases digitais existentes. Mas, apesar disso, como explicar a repetição de temáticas, abordagens e problemas nas pesquisas acadêmicas sobre o ensino? Resultam de um problema local ou global?

As possíveis respostas podem ser muitas, porém vamos levantar algumas hipóteses que podem estar ligadas a uma cultura impregnada nos cursos acadêmicos de Geografia e que repetem esses problemas, como: a permanência da dicotomia entre o bacharelado e a licenciatura nas universidades, valorizando o modelo de organização curricular do primeiro como referência para organizar a licenciatura, fato este que pode justificar em muitos programas de pós-graduação a motivação pelos pesquisadores para levantar problemas relacionados ao distanciamento entre a Geografia ensinada na escola e a Geografia produzida na universidade. Podemos citar ainda a constante reclamação por parte dos professores da escola básica de que os cursos superiores não correspondem à realidade do cotidiano da escola e da sala de aula, levando-os a questionarem sua formação inicial e, muitas vezes, culpabilizando a universidade pela formação que tiveram, que não os instrumentaliza suficientemente para atuarem nessa modalidade de ensino. Outra questão é o insuficiente conhecimento e reconhecimento por parte dos docentes dos cursos superiores da especificidade da licenciatura para formação de professores e da existência de uma Geografia com característica própria ensinada na escola, o que alguns denominam de Geografia Escolar. Esses apontamentos são apenas alguns exemplos, pois é sabido que muitos outros problemas permanecem ocupando as preocupações de muitos pesquisadores. Exemplo disso é o da área da Cartografia Escolar, que, embora tenha um significativo crescimento no campo da pesquisa sobre o ensino nos últimos anos, aponta diversos entraves no seu ensino, sobretudo na escola básica, como: dificuldade de abordagem, poucos recursos disponíveis, limitada competência dos professores para trabalhar com os conteúdos relativos ao mapa, destaque para a importância na formação de alunos leitores e produtores de mapas, entre outros.

Diante dessas alegações indagamos: com quem nós pesquisadores da Educação Geográfica dialogamos sobre nossas pesquisas? Apoiando-me nas reflexões de Moraes (2017, p. 4) reproduzo suas preocupações sobre investigação realizada em artigos

publicados em periódicos sobre o ensino, lançando as seguintes questões: quem lê e acessa as publicações? Estas têm uma visibilidade boa, no sentido de permitir uma ampliação e/ou ressignificação dos conhecimentos?

Considero que mais pessoas hoje têm acesso ao produto das pesquisas, sobretudo os pesquisadores da área e de outras que lidam com a educação, porém tenho dúvidas se os pesquisadores de outras áreas da Geografia, ou melhor, das disciplinas específicas que compõem o currículo dos cursos, são leitores dessa produção.

Se considerarmos que existem pesquisas que versam sobre diversas áreas da Geografia, como na Cartografia Escolar, temáticas físico-naturais para o ensino, formação de professores, uso das geotecnologias na sala de aula, Geografia Urbana e Agrária, pergunto: os professores universitários que trabalham com as disciplinas específicas estão atentos e informados sobre o resultado dessas pesquisas na área da Educação Geográfica? Eles consideram essas pesquisas como apoio para refletirem sobre suas práticas? Os professores universitários, com base nessas pesquisas ao organizar o currículo dos seus cursos, sobretudo da licenciatura, consultam essas pesquisas? Como as disciplinas se interagem nos cursos de graduação, considerando as especificidades dos cursos: bacharelado e licenciatura? Quais disciplinas são mais adequadas para cada uma dessas modalidades?

É evidente que hoje, em várias áreas disciplinares da Geografia, muitas dessas repercussões têm tido efeito, influenciando professores sobre a importância da contribuição das pesquisas na educação sobre suas áreas. Mas, infelizmente, ainda existem resistências, e o mais agravante, na minha visão, o desconhecimento por parte dos professores dos cursos de licenciatura sobre temáticas que discutem políticas educacionais, currículo, didática, entre outros temas que podem contribuir para repensar o ensino de Geografia da escola básica e da universidade e que não são matérias das suas especificidades, além de que podem constituir importantes aportes para basear o trabalho do professor e orientar sua formação, seja inicial ou continuada.

Ainda em relação às resistências, destaca-se a tendência à especialização na ciência e conseqüentemente na Geografia, que tem distanciado as disciplinas umas das outras, criando fronteiras entre elas. Parece que a necessidade de diferenciação pode ser uma estratégia de sobrevivência, de demarcação de territórios, de justificar uma pesquisa específica. Garber (2003, p.61) sobre isso indaga: “a diferenciação é uma estratégia que as disciplinas empregam a fim de se proteger contra a incursão e a autodúvida”. Como diz Garber (2003, p.62) nessa metáfora: “Todos querem um lugar a mesa. Mas de quem é a mesa?” (grifo da autora).

No cotidiano das nossas universidades e dos nossos cursos, infelizmente essa demarcação tem levado a uma rivalidade entre interesses particulares e de grupos que, na atualidade, com raras exceções, transformam um conjunto de disciplinas superiores às outras, criando uma hierarquia entre elas. Na UFPB, por exemplo, esse fato é visível atualmente, sobretudo no curso de licenciatura. Entre alguns professores, prevalece a crença de que as disciplinas técnicas, como o Geoprocessamento, são mais importantes que outras. Mas isso também pode ser notado nas disciplinas da Geografia Física e da Geografia Humana em detrimento das disciplinas específicas voltadas para a formação do professor.

Em estudo recente sobre a organização curricular dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) de cursos de licenciatura das quatro universidades públicas da Paraíba, Pinheiro e Almeida (2017) constataram um descompasso entre as disciplinas específicas da Geografia e da Educação. Em geral, os componentes curriculares que correspondem às disciplinas pedagógicas ocupam menos espaços em todos os PPC, com destaque para as metodologias, práticas de ensino e estágios supervisionados, que são obrigatórios por lei. Na UFPB, ainda prevalece o modelo tradicional, pois as disciplinas pedagógicas e os estágios são de responsabilidade do Centro de Educação (CE). Com exceção da disciplina de Metodologia de Ensino de Geografia, todos os professores que ministram as aulas são lotados no CE e não participam do cotidiano do curso de Geografia. Com isso, os docentes das disciplinas específicas da Geografia lotados no Departamento de Geociências não se sentem responsáveis por esses componentes curriculares. Esse distanciamento gera, na maioria dos professores do curso, um descompromisso quanto a essa etapa da formação dos professores.

Também no estudo realizado por Pinheiro e Almeida (2017), ao analisarem os objetivos e propósitos dos PPC das universidades públicas da Paraíba, está nítido que a maioria está voltada exclusivamente para a pesquisa científica nos moldes do bacharelado, minimizando os saberes e as pesquisas para a profissionalização e a prática docente com abordagens no campo da Educação Geográfica, como se a pesquisa não fosse um atributo do ensino e do ofício do professor. É comum acreditarem que para formar um professor o modelo do bacharelado é suficiente. Apesar disso, não podemos generalizar. Embora poucos, existem docentes que compreendem que a licenciatura forma professores, organizando suas aulas e incentivando os alunos a pensar na articulação dos conteúdos específicos com as práticas de ensino e a Educação Geográfica.

No caso da Geografia e seu ensino, as pesquisas demonstram uma variedade de temas, conceitos e metodologias emprestadas de outras áreas. Vários pesquisadores conseguem fazer articulações significativas e trazer para a Educação Geográfica discussões inovadoras como: gênero, sexualidade, violência, raciocínio e pensamento espacial, entre outras. É como se “subáreas” surgissem articulando conhecimentos acumulados das pesquisas sobre o ensino no campo da Educação Geográfica e nas áreas específicas da Geografia Acadêmica. Exemplo é a Cartografia Escolar, que apresenta um crescimento significativo no montante de pesquisas e, em geral, acompanha e dialoga com as pesquisas da Educação Geográfica - inclusive, seus pesquisadores tendem a se identificar com essa grande área. Mas, nem sempre isso ocorre. A especialização das áreas da ciência geográfica também tem produzido pesquisas que buscam suas referências em outras bases, como a Educação no Campo, que muitas vezes se apoia mais na Geografia Agrária e na Educação Popular na área da Pedagogia do que na Educação Geográfica. Qual o problema dessa especialização? Do ponto de vista do mérito do conhecimento acadêmico e sua contribuição, pode não parecer relevante, porém, do ponto de vista prático, nem sempre essas pesquisas se articulam com a Educação Geográfica, constituindo uma “subárea” da Geografia Agrária e não do ensino de Geografia. Nesse sentido, trabalham mais na fronteira do que potencializando esse campo. Afinal, com quem esses pesquisadores dialogam? Quais os vínculos acadêmicos que de fato têm sido construídos no fortalecimento da área do ensino, dentro e fora da universidade? Será que constitui outra especialização com parâmetros próprios e/ou articulados a outras áreas do conhecimento? Temas como Pedagogia da Alternância, Educação Indígena, Escolas do Campo não são preocupações da Educação Geográfica? É outra área de conhecimento?

Outra área que ganhou visibilidade no ensino foi a Educação Ambiental. Embora existam trabalhos mais próximos da Educação Geográfica, alguns deles pouco dialogam com a Geografia, baseando-se em autores e temáticas gerais, por vezes caminhando no sentido da criação de uma área independente. Embora seja patente o discurso da interdisciplinaridade, muitos pesquisadores que trabalham com a Educação Ambiental tendem a compartimentar a dimensão ambiental como um tipo específico de conhecimento. Muitas vezes, acaba por centrar suas ações apenas na instrumentalização, reduzindo, em alguns momentos, suas propostas às práticas de separação do lixo e/ou material reciclável, de comportamentos de sensibilização com o meio ambiente, descolados da realidade dos alunos. Frequentemente, terminam deixando de lado a dimensão política e econômica existente e, por vezes, desconsiderando a realidade

social dos alunos. Nesse sentido, ao se distanciar da Geografia, dos seus conceitos, essa área tem levado os professores e suas práticas a uma educação ou a um adestramento ambiental?

Brugger (1997), na década de 1990, quando essa discussão começa a ganhar mais visibilidade, considerava que, entre as várias preocupações nessa área, os temas ecológicos se constituíam como a tendência majoritária entre as preocupações dos defensores dessa modalidade de educação, predominando uma educação conservacionista “cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e à manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas naturais...” (BRUGGER, 1997, p. 35-36). Contudo, a autora destacou que havia pesquisadores que iam além da mera conservação, apontando que uma educação para o ambiente implica em uma mudança de valores, de visão de mundo, considerando a realidade na sua complexidade. A contextualização tende a ser uma característica da Geografia. Neste sentido, quando bem ensinada, considerando as relações entre os fenômenos da natureza e da sociedade, acredita-se que seja possível possibilitar ao aluno um conhecimento das interações entre os fenômenos, fomentando uma reflexão sobre a realidade espaço-temporal do mundo. Porém, se existe a necessidade de uma Educação Ambiental, será que a educação tradicional que é praticada pelo ensino de Geografia tem sido falha na abordagem dessas temáticas? Se a Educação Ambiental e a Geográfica são áreas diferentes, embora se articulem, significa que a Geografia não é suficiente para tratar das temáticas relacionadas às questões ambientais? Para além do reducionismo é importante refletir sobre essas indagações. Não desejamos com esses apontamentos desmerecer a importância da educação para o ambiente, mas ir além da mera preservação e conservação e da visão romântica sobre a natureza; pensar uma educação que considere a realidade na sua amplitude, incluindo todos nesse processo, em especial as pessoas das classes menos abastadas, que, muitas vezes, vivem e habitam em áreas degradadas e de riscos, temáticas que atualmente têm ocupado muitos estudiosos da Geografia em suas pesquisas. Diante disso, consideramos que estudos articulados à Educação Geográfica contextualizada, pode ser uma referência para pensar os problemas ambientais na sua integridade e complexidade.

É notável que a maioria das pesquisas realizadas que se identificam com a Educação Geográfica estão voltadas para a formação de professores e basicamente com as práticas docentes, no contexto do ensino universitário e escolar, com ênfase no segundo. Ou seja, grande parte das pesquisas tem a escola básica como o *locus* de investigação. Será que isso pode ser um dos motivos que levam ao desinteresse dos

especialistas de outras áreas da Geografia pelas pesquisas em educação? É possível afirmar que muitos professores especialistas da Geografia desconhecem e conseqüentemente desprezam a escola básica? Com quem os pesquisadores do ensino têm dialogado: com os especialistas da Geografia ou com os especialistas da Educação? Voltamos novamente ao pressuposto anterior: com quem dialogamos sobre nossas pesquisas? Como estabelecer um diálogo no interior da Geografia para divulgar o produto das pesquisas realizadas no campo da Educação Geográfica? Se existem resistências, como identificá-las e superá-las?

Considerações Finais

Como tinha anunciado no início deste artigo, há uma tendência por aquele que escreve e, quando aborda uma temática, considerar o seu local e lugar de trabalho, como é meu caso. Porém, insisto que não se trata de um problema isolado, pois mesmo nas poucas instituições onde existem grupos fortes e articulados na área de Educação Geográfica, isso pode ser percebido. Nos discursos dos professores universitários, muitos demonstram preocupação pelo ensino, mas quase sempre centrada nas técnicas e na prática de sala de aula. Poucos articulam essa prática com uma visão de mundo, com a Didática, com as políticas institucionais que orientam os currículos, seja do ensino superior ou da escola básica.

A pesquisa sobre o ensino apresenta um crescimento exponencial desde a década de 1960 até a atualidade, mas ainda predomina a visão de que é uma área menor. Os estudos no campo da Educação Geográfica se diversificaram, com abordagens relacionadas a todas as áreas específicas da Geografia e de outras ciências, haja visto a inclusão, em quase todos os eventos e encontros científicos na atualidade, de um eixo dedicado ao ensino. No entanto, infelizmente ainda se notam, no cotidiano dos cursos, resistências de muitos professores das disciplinas específicas, desprezo pelos estudos e, mais agravante, desconhecimento pelo produto das pesquisas. Porém, esse também pode ser um problema da área de Educação Geográfica: não buscar formas de divulgação das pesquisas realizadas, preferindo se acomodar entre seus semelhantes, discutindo com seus pares as descobertas que podem ajudar na melhoria dos cursos de licenciatura. Apesar de alguns avanços na organização curricular desses cursos, ainda carecem de melhorias para a formação dos professores. Por outro lado, o desinteresse dos professores das áreas específicas contribui para o desmerecimento da Geografia enquanto disciplina

e área de conhecimento científico para a comunidade acadêmica e escolar da Geografia, além de outras áreas, e, mais grave, para os governos e para a sociedade, promovendo um prejuízo não só para a Geografia ensinada na escola, mas para Geografia Acadêmica.

Apesar de ter realizado diversos estudos sobre a pesquisa no campo da Educação Geográfica, publicado em formatos de artigos em revistas e capítulos de livros, sei que poderia ter me dedicado mais a essa reflexão, acompanhado com mais destreza a produção acadêmica sobre o ensino. Porém, na minha trajetória escolar e acadêmica, envolvi-me com as questões práticas do cotidiano por onde passei, ocupando-me com orientações, aulas, projetos e questões políticas relacionadas ao trabalho dentro e fora da escola e da universidade. Esse envolvimento, por vezes considerado exagerado por alguns colegas, é parte do meu jeito de ser, da minha crença, da minha visão de mundo. Talvez seja um defeito, pois nem sempre obtive resultados positivos. Considerando o meio acadêmico como um campo de disputas particulares e de interesses de grupos, em alguns lugares mais incomodei do que concretamente consegui me fazer ser compreendido pelos meus pares. No entanto, tenho a consciência tranquila, faço e falo o que acredito. Embora nem sempre o resultado pessoal seja positivo, gerando angústia e até problemas físicos e doenças, isso faz parte de mim.

Ser professor e em especial de Geografia não foi exatamente uma escolha consciente, produto de um sonho que cultivava na minha infância e juventude, foi um acontecimento conjuntural na época que entrei na universidade, mas acredito que não seria diferente se atuasse em outras áreas de conhecimento e profissional. Assim como eu, muitos se tornaram professores e, no decorrer da vida, constrem seus saberes e práticas profissionais. Neste sentido, tudo começa com uma sólida formação inicial, compromisso básico dos cursos de licenciatura e de seus professores. Daí a importância de um trabalho integrado e respeitoso entre esses profissionais, no qual quem ganha são os alunos em formação e quiçá toda a sociedade.

Referências Bibliográficas

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1994.

CALLAI, H. C.; CASTELLAR, S. V.; CAVALCANTI, L. S. Tendências da pesquisa sobre o ensino de cidade na Geografia e suas contribuições para a prática docente. In: ALMEIDA, M. G.; OLIVEIRA, K. A. T. de; ARRAIS, T. A. **Metrópoles: teoria e pesquisa sobre a dinâmica metropolitana.** Goiânia: Cânone Editorial, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Para onde estão indo as investigações sobre o ensino de Geografia no Brasil? Um olhar sobre elementos da pesquisa e do lugar que ela ocupa nesse campo. **Boletim**

Goiano de Geografia. V. 36, N. 3, Goiânia: set/dez. 2016. <https://doi.org/10.5216/bgg.v36i3.44546>. Acesso em 03/12/2019.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GARBER, Marjore. **Instintos Acadêmicos.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2003.

MEGID NETO, Jorge. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 1999.

MORAES, Jerusa Vilhena de. As pesquisas em ensino de Geografia no Brasil: para onde devemos ir? Goiânia. **Revista Signos Geográficos** – Boletim NEPEG de Ensino de Geografia. Vol. 1/2019. <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/58902>. Acesso em 20/11/2019.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **Trajatória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil** – 1972-2000. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

PINHEIRO, Antonio Carlos. **O ensino de Geografia no Brasil** – Catálogo de dissertações e teses (1967-2003). Goiânia: Editora Vieira: 2005.

PINHEIRO, Antonio Carlos. Inclusões sociais no currículo da Geografia: a produção acadêmica na área. In: TONINI, Ivaine M. et al. (orgs.). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos. Dez anos de Pesquisa Acadêmica em Educação Geográfica no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba – 2007-2017. Palmas-TO. **Revista Interface.** N. 14, dezembro de 2017. [file:///C:/Users/Antonio%20Carlos/Documents/Artigos%202018/4779-Texto%20do%20artigo-21425-1-10-20171212%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Antonio%20Carlos/Documents/Artigos%202018/4779-Texto%20do%20artigo-21425-1-10-20171212%20(1).pdf). Acesso em 03/12/2019.

PINHEIRO, Antonio C. e ALMEIDA, David L. R. Currículo e Formação de professores de Geografia na Paraíba. In: SILVA, A.B. GUTIERRES, H.E.P. GALVÃO, J. C. (orgs). **Paraíba 2** – Pluralidade e representações geográficas. Campinas Grande: EDUFPG, 2017.

TONINI, Ivaine M. **Identidades capturadas:** gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

Recebido em 11 de fevereiro de 2020.

Aceito para publicação em 18 de maio de 2020.